

**SUBSÍDIOS PARA AS CONSTITUIÇÕES  
DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS**

A.D. 2020



**Santos e Santidade nas atuais Constituições**

*Fr. Carlo Calloni OFMCap*

**INTRODUÇÃO**

No dia 4 de outubro de 2013 a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica, aprovava o texto das Constituições, fruto do 84º Capítulo geral da Ordem (agosto e setembro de 2012). O Ministro geral, com o decreto do dia 8 de dezembro de 2013, promulgava a *editio typica* em língua italiana. Uma pequena nota do decreto de promulgação, quase imperceptível, estabelecia que a sua entrada em vigor seria a sua “publicação no site oficial da Ordem”. Esta foi uma novidade sem precedentes, que, enquanto evidenciou o uso dos novos meios de comunicação para a “publicação” de um texto de tal importância (como são de fato as Constituições), também indicou, de uma maneira sutil, como as novas formas de comunicação começaram a fazer parte também da vida da Ordem. Seria este um pequeno sinal que nos apontaria uma direção? Certamente que sim! Porém, aquilo que verdadeiramente deseja manifestar e transmitir é, sem sombra de dúvidas, como a Ordem deve mover-se no mundo de hoje, ou, em outras palavras, como não é possível estar “fora” da história (minúscula) para enfim ser protagonistas da História (maiúscula).

Fr. Mauro Jöhri, o Ministro geral anterior, já nos recordava, na sua carta do dia 4 de outubro de 2014 (*Identidade e pertença capuchinha*) esta verdade a Ordem caminha na história. Escreve o Ministro geral: “Se com um punhado de ‘santo orgulho’ podemos afirmar que temos um DNA bastante forte, por outro lado, é também verdade que nos anos imediatamente seguintes ao Concílio Vaticano II até hoje assistimos a numerosas e rápidas mudanças na nossa Ordem e alguns dos aspectos que caracterizavam a sua unicidade estão profundamente mudados, outros até mesmo desapareceram”<sup>1</sup>.

Estar no mundo, na história, não é suficiente se não existe esta tensão de recolher as carências e as necessidades reais e atuais do homem concreto que busca ou não a Deus. A tradição capuchinha confirma e testemunha esta tensão/resposta com um elenco infinito de rostos e de acontecimentos, que vão desde a assistência a pessoas vítimas das pestes e soldados (como capelães), até emigrantes, pobres de todas as condições, encarcerados, etc. Acolher e responder a estas necessidades é signo de grande sabedoria, como também é ainda mais sábio e necessário operar ditas mudanças para fazer mais visível a nossa identidade, para encarná-la no tempo com gestos e fatos não ilusórios ou frutos de um simples pensamento desvinculado da história da Ordem.

Tal resposta precisa necessariamente de reclamos concretos e indicações claras, que nunca faltaram e que não faltam também na atualidade, que, porém, não significam ou não adiantam de nada se não existem pessoas concretas que vivam com intensidade e totalidade tais indicações. A ausência, seja de indicações como de pessoas, leva inevitavelmente os ideais ou as afirmações de princípio a permanecer como palavras mortas. O conhecimento do passado, glorioso e forte, da Ordem, se é feito somente a partir de um aspecto acadêmico, converte-se em um conhecimento sem vida, morto. Sendo assim, como toda pretensão ou anúncio de mudança, se transforma em uma rajada incômoda de vento, se não há homens empenhados que transformem em realidade a vida cotidiana e concreta da fraternidade, seguindo as indicações das Constituições, da Regra e do Testamento.

A Ordem- e esta é a sua força- esteve marcada em todos os períodos da sua história por homens que deram suas vidas ao ideal ou ao dom carismático confiado por Cristo a Francisco de Assis, se transformando em sinais e permanecendo não somente nas realidades e épocas que viveram, mas alcançando o futuro e superando o passado para viver no tempo de Deus. Estes são os santos! Patrimônio e riqueza da Ordem, memória e modelo que revela a possibilidade da mudança enquanto se permanece fiel à Regra de São Francisco e à observância das Constituições aprovadas pela Igreja na sua Autoridade magisterial.

O caminho à santidade é, portanto, um destes “decretos fundamentais” que comprometem concretamente o frade capuchinho de qualquer tempo e lugar a deixar transparecer a beleza daquilo que é próprio do cristão: tornar-se santo! Pois a santidade pertence a Deus e em Cristo foi doada a todos aqueles que no Batismo são incorporados a Ele e vivem por Ele na Igreja.

“Os santos-recordava São João Paulo II- que em cada época da história fizeram resplandecer no mundo um reflexo da luz de Deus, são as testemunhas visíveis da santidade misteriosa da Igreja. Para conhecer de maneira profunda a Igreja é aos santos

---

<sup>1</sup> Mauro Jöhri, *Identidade e pertença capuchinha*. Carta a toda a Ordem, 4 de outubro de 2014, 1,1.

que se deve olhar”<sup>2</sup>. Por analogia se pode afirmar que para conhecer em profundidade a Ordem é necessário contemplar os santos e santas, os beatos e beatas<sup>3</sup>, que iluminaram por quase cinco séculos a história e a vida dos capuchinhos, das Religiosas capuchinhas e de todos aqueles que se inspiraram na “reforma” capuchinha.

A santidade capuchinha, dessa forma, é comprovada através dos santos da Ordem, assim como a tensão à santidade, ou melhor, a indicação para a santidade que teve sempre um lugar relevante na legislação da Ordem.

Com efeito, já a partir das Ordenações de Albacina- o estatuto que seguiram os primeiros capuchinhos, escondidos e em um estado de semiclandestinidad- se recomendou a leitura da “vida dos santos e os seus ditos” e de seguir “as doutrinas, exemplos e costumes dos verdadeiros santos, os quais não há nenhuma suspeita”<sup>4</sup>.

Do mesmo modo, esta referência aos santos se encontra com várias aplicações concretas nas Constituições de S. Eufêmia de 1536. Os santos, junto com os anjos, eram os “amigos espirituais” dos frades e “o sagrado exemplo dos santos”<sup>5</sup> deveriam ser modelo de como praticar as virtudes. Dessa maneira, eram os “santíssimos apóstolos e outros pregadores, inflamados do divino amor”<sup>6</sup> os inspiradores do desejo de anunciar o Evangelho e de pregar a penitência. Eram assim “todos os nossos antigos santos” que inspiraram os capuchinhos a usar a barba<sup>7</sup> ou a dedicar-se aos trabalhos manuais<sup>8</sup>.

A ladainha dos santos precedia tradicionalmente a meditação da manhã para chamar e invocar “todos os santos a orarem a Deus conosco e por nós”<sup>9</sup>. Era um simples método para fazer mais fecundo o mistério da comunhão entre a Igreja ainda peregrina e a Igreja Gloriosa.

Agora bem, estes breves elementos tão entranháveis na primeira legislação da Ordem- considerando sobretudo que as Constituições, ademais de seu caráter legislativo possui o seu inspiracional- ainda podem encontrar um lugar nas atuais Constituições?

## SANTIDADE

Olhando o índice analítico que acompanha o texto das Constituições se pode constatar que a palavra “santidade” está presente em seis números<sup>10</sup>, enquanto que a palavra “santo” a encontraremos em sete números<sup>11</sup>. Treze números sobre um total de 189 números que compõem as atuais Constituições!

---

<sup>2</sup> Discurso aos jovens de Lucca, 23 de setembro de 1989, em *Ensinamentos de João Paulo II*, XII, 2 (1989) 624.

<sup>3</sup> Os santos da Ordem são 17, enquanto os beatos são 114.

<sup>4</sup> Ordenações de Albatina (1529) em *Os frades capuchinhos. Documentos e testemunhos do primeiro século*. Org. Costanzo Cargnoni, 224.

<sup>5</sup> Constituições 1536. Em *Os frades capuchinhos. Documentos e testemunhos do primeiro século*. Org. Costanzo Cargnoni, 331.

<sup>6</sup> *Ibid.*, 418.

<sup>7</sup> *Ibid.*, 292.

<sup>8</sup> *Ibid.*, 337.

<sup>9</sup> *Ibid.*, 312.

<sup>10</sup> *Constituições dos Frades Menores Capuchinhos*: nn. 10,2- 16,1- 94,4- 109,1- 114,5- 161,1.

<sup>11</sup> *Constituições dos Frades Menores Capuchinhos*: nn. 6,2- 7,2- 52,6- 52,8- 110,2- 112,2- 187,1.

A seguir, apresentaremos o texto das Constituições que se fazem menção estas palavras e um pequeno comentário de cada número.

**N. 10, 2:** *Com tão grande variedade de carismas, a vida consagrada é um dom insigne que a Igreja recebeu de seu Senhor; profundamente enraizada nos exemplos e ensinamentos de Cristo, ela exprime a íntima natureza da vocação cristã e pertence à vida da Igreja, à sua santidade e à sua missão.*

Nas atuais Constituições se encontra pela primeira vez a palavra “santidade” no número 10, 2 entendida em relação à Igreja quando se afirma que a vida consagrada pertence “à vida da Igreja, à sua santidade e à sua missão”.

A afirmação faz referência à pertença do consagrado à vida da Igreja, recordando ao frade capuchinho que leve em consideração a sua pertença à Igreja, una, santa, católica, apostólica; ao seu mistério e à sua missão, mas sobretudo indica a chamada para uma objetiva situação de santidade que cada batizado recebe, porque antes de ser um frade (um consagrado) se é cristão. Como escreve São Paulo à comunidade de Roma, “amados por Deus e santos por vocação” (Rom 1,7) ou ainda aos Coríntios “chamados a ser santos” (1Cor 1, 2).

Uma chamada a qual todo frade capuchinho respondeu com liberdade para ser, como recorda a fórmula da profissão, “a serviço de Deus, da Igreja e da humanidade”<sup>12</sup>. Uma chamada que se por um lado separa alguns para o serviço exclusivo de Deus e do seu Reino, por outro é chamado a voltar-se para todos os batizados. Uma vocação universal segundo a neta expressão de Santo Agostinho “não chamados porque sejam santos, mas santos porque são chamados”<sup>13</sup>.

É aqui que nasce o primeiro gérmen da gratuidade que o frade capuchinho deveria levar na sua bagagem espiritual: Deus fez da sua Santidade dom para a Igreja em Cristo Jesus, expressão concreta da verdade e da gratuidade de Deus, foi aberta de par em par a sua “casa”, a casa da santidade onde todos podem ser hospedados.

A santidade, portanto, é graça, pura graça, aonde todos encontram lugar e aonde todos são impulsionados a entrar (Cfr. Lc 14, 22). O “todos” pode referir-se aos batizados e aos não-batizados porque todos que são batizados possuem a vocação de ser santos e todos aqueles que não o são, a vocação a transformarem-se em cristãos.

O Concílio Vaticano II, na Constituição sobre a Igreja, fala com clareza da chamada universal à santidade, afirmando que ninguém está excluído: “Nos vários gêneros e ocupações da vida, é sempre a mesma santidade que é cultivada por aqueles que são conduzidos pelo Espírito de Deus e, obedientes à voz do Pai, adorando em espírito e verdade a Deus Pai, seguem a Cristo pobre, humilde, e levando a cruz, a fim de merecerem ser participantes da Sua glória. Cada um, segundo os próprios dons e funções, deve progredir sem desfalecimentos pelo caminho da fé viva, que estimula a esperança e que atua pela caridade”<sup>14</sup>. “Os seguidores de Cristo, chamados por Deus e justificados no Senhor Jesus, não por merecimento próprio mas pela vontade e graça de

---

<sup>12</sup> A fórmula da Profissão Religiosa não está contida na recente publicação das Constituições enquanto se encontra na edição das Constituições precedentes. *Constituições dos Frades Menores Capuchinhos*, Roma 2022, 40.

<sup>13</sup> Agostinho, *Início das exposições da Carta aos Romanos*, publicadas em <https://www.augustinus.it/spagnolo/index.htm>.

<sup>14</sup> *Lumen Gentium*, n. 41.

Deus, são feitos, pelo Batismo da fé, verdadeiramente filhos e participantes da natureza divina e, por conseguinte, realmente santos. É necessário, portanto, que, com o auxílio divino, conservem e aperfeiçoem, vivendo-a, esta santidade que receberam<sup>15</sup>.

Bento XVI na catequese do dia 13 de abril de 2011 afirmava: “A santidade tem por conseguinte a sua raiz última na graça batismal, no sermos enxertados no Mistério pascal de Cristo, com o qual nos é comunicado o seu Espírito, a sua vida de Ressuscitado. São Paulo ressalta de modo muito forte a transformação que a graça batismal realiza no homem e chega a cunhar uma terminologia nova, forjada com a preposição ‘com’: co-mortos, co-sepultados, co-vivificados com Cristo; o nosso destino está ligado indissolúvelmente ao seu<sup>16</sup> com respeito à liberdade de cada um.

A chamada à santidade fez-se portanto carne, é uma voz ressoante sobre os lábios do Verbo de Deus, apelando à liberdade de cada um e de todos. Na conclusão do discurso da montanha, magna carta do cristão, Jesus faz uma chamada impressionante “sejam perfeitos como o vosso Pai celeste é Perfeito” (Mt 5, 48).

As Constituições com este primeiro número põem as bases para o anúncio missionário, para que os capuchinhos ofereçam ao mundo a chamada alegre, sem distinção a todos os povos, a todos os homens porque todos são chamados a ser hospedados no templo santo de Deus ou ainda mais “todos possam ser o templo santo de Deus em Cristo Jesus. Templo do Espírito Santo” (Cfr. 1 Cor 3, 16).

**N. 16, 1:** *Deus, em sua bondade, chama todos os cristãos na Igreja à perfeição da caridade nos diversos estados de vida, a fim de que, mediante a santidade pessoal, se promova a salvação do mundo.*

No número 16, 1 das Constituições encontramos, pela segunda vez, o termo santidade colocado em relação ao de “santidade pessoal<sup>17</sup>”.

Se na gratuidade de Deus se encontra o manancial da santidade, na resposta livre e pessoal do homem se constrói o templo santo de Deus em cada um, ou, em outras palavras, se abre espaço à graça de Deus para que cada um se transforme em pedra viva do edifício que é o Corpo de Cristo, a Igreja. Se o número precedente dava as coordenadas, o lugar concreto aonde era acessível e frutificável a santidade de Deus, a Igreja, agora nos é indicada como a santidade pessoal coopera à promoção da salvação operada em e por Deus.

Este número enfatiza como a “perfeição da caridade” se opera no ser anunciador e promotor da salvação no mundo. A santidade dessa forma se transforma em uma tarefa, uma responsabilidade do frade capuchinho. Justamente tal afirmação está correlacionada no amplo contexto do segundo capítulo que trata não só da “vocação à nossa vida” mas também da “formação do frade” e isto se refere não somente aos conteúdos da formação, mas ao como e no que devem ser formados!

---

<sup>15</sup> *Lumen Gentium*, n. 40.

<sup>16</sup> Bento XVI, *Audiência Geral* do dia 13 de abril de 2011.

<sup>17</sup> Cabe ressaltar que tal expressão se encontra no primeiro artigo do segundo capítulo das Constituições que tem como título “a vocação à nossa vida”.

A indicação das Constituições é clara, pois a formação é em vista de uma missão específica: formados para a santidade e na abertura às muitas manifestações e atualizações nos tempos e nos lugares estabelecidos pela Providência de Deus.

Portanto, o que deve ser a base de nossa formação não é o aspecto acadêmico ou de especialização (seja essa doutrinal ou técnica), mas a capacidade e a necessidade de conduzir e fazer com que o nosso modo de pensar e de agir de frade capuchinho sejam o pensar e o agir com Cristo e de Cristo: Amor gratuito do Pai e *Charitas* visível e acessível.

A santidade pessoal, por conseguinte, não é outra que a caridade plenamente vivida com a qual se ama a Deus sobre todas as coisas e o próximo por amor Dele. Este é objetivo primordial segundo o qual devem ser formados e pelo qual devem atingir a água viva. Tendo isso como base, o frade pode realizar tudo, seja qual for o serviço ao qual é chamado a desempenhar. Somente seguindo as pegadas do seu Filho dileto seremos transformados na sua imagem pelo poder do Espírito Santo (Const. 16, 3).

Diante disso nos surge a pergunta: a caridade, como uma boa semente, pode crescer e frutificar? A resposta para essa pergunta é evidentemente sim! As Constituições no número 23, 1 afirmam que cada frade deve tender a assimilar os sentimentos de Cristo, em outras palavras, a transformar-se em *Charitas* do Pai. Porém, como fazer isso? A resposta é simples: deixar-se mover pelo Espírito Santo. Através de quais meios? A resposta é ainda mais simples: com os meios que a tradição da Igreja e da Ordem nos deixaram e que o frade capuchinho acolhe enquanto renova. Quais, portanto, seriam estes meios? Uma vez mais a resposta é simples: escuta da Palavra de Deus, gestos concretos que evidenciam a adesão à vontade de Deus, participação frequente aos sacramentos, sobretudo da Eucaristia e da Reconciliação, celebração quotidiana da Liturgia das Horas, doação de si a serviço dos irmãos, à Ordem, à Igreja, à humanidade, enfim, o exercício concreto das virtudes.

Como conclusão, a caridade, “plenitude da Lei” (Rom 13, 10) dirige todos os meios de santificação- missão do cristão- dá forma a eles e os conduz ao seu fim último: a vida com Deus.

**N. 94, 4:** *Assim, apoiando-nos mutuamente no caminho comum para a santidade, faremos de nossa fraternidade uma casa e escola de comunhão.*

Nesta tarefa de transparecer a caridade de Deus, nunca estamos sós. Certos da presença de Cristo como dom e mistério como frades “apoiando-nos mutuamente no caminho comum para a santidade, faremos de nossa fraternidade uma casa e escola de comunhão” (Const. 94, 4). Esta última expressão, que foi tomada de São João Paulo II, assim escreve na *Novo Millenniun Ineunte*: “Fazer da Igreja a casa e a escola da comunhão: eis o grande desafio que nos espera no milênio que começa, se quisermos ser fiéis ao desígnio de Deus e corresponder às expectativas mais profundas do mundo. Que significa isto em concreto? Também aqui o nosso pensamento poderia fixar-se imediatamente na ação, mas seria errado deixar-se levar por tal impulso. Antes de programar iniciativas concretas, é preciso promover uma espiritualidade da comunhão, elevando-a ao nível de princípio educativo em todos os lugares onde se plasma o homem

e o cristão, onde se educam os ministros do altar, os consagrados, os agentes pastorais, onde se constroem as famílias e as comunidades”<sup>18</sup>.

Antes da parte prática, ou seja, de dizer e decidir as coisas que devem ou não se fazer, nos passos da grande tradição da Igreja e da Ordem, as Constituições foram e continuam sendo um grande dom de espiritualidade e ação que testemunhou tantos dos nossos irmãos empenhados e devotos em edificar a sua comunhão com Deus para ser comunhão com o homem de cada tempo e lugar. As fraternidades capuchinhas emergem assim como um lugar onde se vê e aprende a comunhão, muito embora considerando a inevitável distância entre o ideal e a realidade.

A terceira indicação sobre a santidade inscrita no texto das Constituições nos leva a considerar a santidade pessoal não desvinculada da comunhão e da vida fraterna. Como recorda o Ministro geral na Carta a toda a Ordem do dia 4 de outubro de 2014, “A mudança mais evidente, ocorrida após o Concílio, é a passagem de uma conotação fortemente penitencial da nossa forma de vida àquela onde emerge a prioridade da vida fraterna”<sup>19</sup>. A vida fraterna é, portanto, destacada, não mais como afirmava o famoso dito “*vita fraterna maxima poenitentia*”, mas como elemento prioritário para as relações e fator indispensável para a comunhão.

Inumeráveis foram as palavras empregadas para propor e exaltar a vida fraterna, bastaria somente considerar tudo o quando de 1968 até os dias atuais foi escrito e sedimentado, sendo sintetizado nas atuais Constituições. Do índice analítico resultam quatro diferentes acepções para a palavra fraternidade: Fraternidade como vida fraterna, Fraternidade formativa, Fraternidade local, Fraternidade de retiro e contemplação. Podemos, porém afirmar, sem medo a errar, que o texto todo das atuais Constituições direcionam ou indicam a fraternidade como centro no qual desenvolver e viver a vida de comunhão.

Fr. John Corriveau, quando foi Ministro geral da Ordem nos anos de 1994 a 2006, escrevia: “As nossas fraternidades serão verdadeiramente casa e escola de comunhão, “signo eloquente da comunidade eclesial” (*Vita Consecrata*, 42), si se transformarem em autênticas escolas de santidade. A reestruturação das províncias e o reforçamento das fraternidades locais, seja do ponto de vista numérico que das relações fraternas, não é suficiente. Somente a santidade de Deus pode purificar as nossas relações e fazer com que as fraternidades reflitam a luz de Cristo... [e] fazer resplandecer o seu rosto”. (*Novo Millennio Ineunte*, 16). [...] Se desejamos transformar as nossas fraternidades em uma escola de comunhão, serão necessárias a determinação e a concretude da fé de Francisco”<sup>20</sup>.

A vida fraterna, como havia pensado e comunicado São Francisco de Assis, e que depois foi vivida pelos seus primeiros companheiros, até chegar na nossa reforma Capuchinha, não se chega a não ser percorrendo o caminho da fé e tendo como ponto de partida a contemplação do rosto de Cristo. De Jesus ao Pai e do Pai ao irmão, ao próximo, à humanidade. O caminho contrário é possível, mas não leva ao amor gratuito,

---

<sup>18</sup> São João Paulo II, *Novo Millennio Ineunte*, 6 de janeiro de 2001, n. 43.

<sup>19</sup> Mauro Jöhri, *Identidade e pertença dos frades menores capuchinhos*, Carta a toda a Ordem, 4 de outubro de 2014, n. 1,2.

<sup>20</sup> Fr. John Corriveau, *A Fraternidade Evangélica num Mundo em Mudança*, Carta Circular n. 20, do dia 31 de março de 2002, n.2,2.

na melhor das possibilidades pode levar a um humanismo com o sabor azedo, sem o sal do Amor e sobretudo demanda uma recompensa imediata.

No Testamento é claro o percurso do Seráfico Pai Francisco para chegar ao “o Senhor me deu irmãos”. De fato, o início está na afirmação: “o Senhor concedeu a mim, frei Francisco, começar a fazer penitência, continuando com... o próprio Senhor me conduziu entre os leprosos, para prosseguir com... o Senhor me deu tão grande fé nas igrejas... o Senhor me deu e me dá tanta fé nos sacerdotes que vivem segundo a forma da santa Igreja Católica, para maravilhar-se com... nada vejo corporalmente neste mundo do mesmo altíssimo Filho de Deus, a não ser o seu santíssimo corpo e seu santíssimo sangue que eles recebem e só eles ministram”. Somente depois de tudo isso São Francisco de Assis escreve “E depois que o Senhor me deu irmãos, ninguém me mostrou o que deveria fazer, mas o Altíssimo mesmo me revelou que eu deveria viver segundo a forma do Santo Evangelho”<sup>21</sup>.

A vida fraterna está contida aqui, na tensão/conversão que tem o seu início na penitência<sup>22</sup> e não pode ser eliminada sem preâmbulo da vida de santidade do frade. A penitência é a palavra inicial para encontrar a Jesus Cristo e com Ele, o Pai, e por ele voltar o olhar aos irmãos, ao próximo, à humanidade. Aqui se encontra o fundamento da fraternidade que na comunhão tem a sua expressão última e autêntica. É muito mais do que falar de aglomeração social ou relações psicológicas. A fraternidade é expressão da vida em/e com Cristo, não de outra coisa. As normas contidas nas Constituições para a penitência, são o instrumento para guiar na via do bem, para estar em contínua conversão e para dar forma à fraternidade.

**N. 109, 1:** *Jesus Cristo, anunciando o Evangelho do Reino, chamou os homens à penitência, isto é, a uma mudança total de si mesmos, pela qual começam a pensar, a julgar e a conformar a própria vida com aquela santidade e amor de Deus que se manifestaram no Filho.*

O número 109,1 das Constituições, quarto na nossa numeração, coloca em relação estreita penitência e conversão, equiparando a penitência à conversão. Sendo assim, a conversão, poderia ser um sinônimo ou termo substituível para penitência?

As Constituições efetivamente aplicam o mesmo significado a ambos termos. Em linha com a exigência franciscana se apresenta o momento de início da vida de “penitência- conversão” com o traço que liga os dois termos e que leva inevitavelmente a pensar a penitência como conversão. O número sucessivo indica, porém, que São Francisco pregou sobre a penitência. Mas ele também pregou sobre a conversão?

Proseguindo a leitura do número 109, 6 se afirma que “o espírito de penitência em uma vida austera é característica da nossa Ordem”. Agregando ao 109, 7 “esforcemo-nos continuamente pela nossa conversão e dos outros, para ser configurados a Cristo crucificado e ressuscitado”. Para poder enfim concluir com o número 109, 8 “completando em nós o que falta aos sofrimentos de Cristo, participemos na vida da Igreja, santa e sempre necessitada de purificação”. Conversão, penitência, purificação, três termos sucessivos e certamente conectados, mas será que são substituíveis uns pelos outros sem a menor diferença?

---

<sup>21</sup> Cf. São Francisco de Assis, *Testamento*.

<sup>22</sup> O capítulo VII das Constituições tem como título “*Nossa vida de penitência*”.



Um esclarecimento parece surgir no n. 110, 3 quando se afirma “dediquemo-nos às obras de penitência, de acordo com a Regra e as Constituições, e conforme Deus nos inspirar”; e no n. 110, 5 se elenca, não sem após haver citado no número precedente que diz que “a nossa própria vida dedicada a Deus é uma excelente forma de penitência” (Const. 110, 4), uma série de “ofertas” a entender-se como “penitências” concretas: “a pobreza, a humildade, os incômodos da vida, o trabalho a se realizar com fidelidade cada dia, a disponibilidade para o serviço de Deus e do próximo, o empenho para cultivar a vida fraterna, o peso da doença e dos anos, e até as perseguições pelo Reino de Deus” (Const. 110,5). Para depois chegar ao número 111, 1-7 de maneira muito mais profunda, indicando os gestos concretos de penitência: o jejum, a oração, as obras de misericórdia, a quaresma “Benta”, as vigílias, as obras de mortificações corporais, as abstinências os jejuns segundo as prescrições da Igreja (cf. Const. 111, 1-7).

Portanto, a conversão exige um aspecto concreto de penitência, exige as obras concretas de penitência, os gestos que a fazem real e não a mistificação que a rodeia completamente do programa de vida. Talvez tais obras poderão ser menos acentuadas e rudes, menos cruentas e incômodas para a nossa sensibilidade, mas igualmente necessárias para a vida do frade capuchinho. Sem a penitência a conversão continua a ser uma meta idílica e uma categoria evanescente!

As considerações sobre a fraternidade como expressão da santidade e caridade de Deus conduzem a afirmar que a fraternidade nasce de um gesto de penitência, de quem se põe naquela espera que sabe que recebe *tudo da graça de Deus*. Devemos estar dispostos a receber de Deus a fraternidade, que como tal não nos pertence nem muito menos é feita sob a nossa medida, ou construídas sobre princípios e dosagens psicológicas, mas que é recebida pela graça. O Senhor me deu irmãos e eu não sabia que coisa fazer... agora me são confiados à Igreja<sup>23</sup>. Se a entrega da vida é feita sob um contrato, uma convenção, sobre o “dar para receber”, não irá a nenhuma parte. Somente quando é confiada à Igreja, à sua singular e pessoal responsabilidade, então há a possibilidade de êxito.

**N. 114, 5:** *Valorizemos grandemente também o exame de consciência diário e o acompanhamento espiritual, a fim de responder com generosidade às moções do Espírito e nos orientar decididamente para a santidade.*

Para responder com singular e especial responsabilidade o que é solicitado, o n. 114, 5, das Constituições, quinto do nosso elenco, afirma e convida a fazer propriamente “o exame de consciência quotidiano e o acompanhamento espiritual”.

Palavras que claramente indicam duas necessidades vitais para a conversão, e por isso para viver o dom da fraternidade: examinar a própria consciência para depois formar e educá-la a partir do Evangelho e do Magistério, confiando-se a quem está fora de ti, o Diretor espiritual, que sabe olhar e não teme em repreender, ou, no sentido positivo, confirmar o caminho.

O apelo de “nos orientar decididamente para a santidade” tem a necessidade intrínseca de alguém que ajude no caminho espiritual e fraterno. Quem quisesse valer-se por si mesmo, não andaria a nenhuma parte com o perigo evidente de distorcer a imagem de Deus que carrega consigo. Seria talvez o único caso que contradiz o famoso

---

<sup>23</sup> Cf. São Francisco de Assis, *Testamento*.

provérbio “quem faz por si, faz por três”. Quem faz por si destrói a si mesmo e se perde no caminho.

Com a clareza e síntese habitual, o papa Bento XVI escreve: “O exame de consciência tem um importante valor pedagógico: ele educa a considerar com sinceridade a própria existência, a confrontá-la com a verdade do Evangelho e a avaliá-la com parâmetros não apenas humanos, mas conferidos pela Revelação divina. O confronto com os Mandamentos, com as Bem-Aventuranças e, principalmente, com o Preceito do Amor, constitui a primeira grande escola penitencial”<sup>24</sup>.

Junto à liberdade de todos os que buscam em suas consciências, quando não é feita com e pelo Evangelho e o Reino de Deus, é necessário também a presença de pessoas concretas que escutem e ajudem a trilhar a estrada. Também nunca poderá faltar quem investido do ministério sacerdotal ofereça o perdão de Deus.

Um pouco mais adiante, na sua reflexão, o papa Bento XVI acrescentava: “A disponibilidade fiel e generosa dos sacerdotes à escuta das confissões, segundo o exemplo dos grandes santos da história, de são João Maria Vianney a são João Bosco, de são José Maria Escrivá a são Pio de Pietrelcina, de são José Cafasso a são Leopoldo Mandić, indica-nos a todos o modo como o confessionário pode ser um “lugar” real de santificação”.

O confessionário é lugar de santificação assim como a confissão do próprio pecado é lugar para restabelecer a união com Cristo e a reconciliação com a Igreja. No concreto restabelecer a unidade com a fraternidade na qual se é chamado a viver.

**N. 161, 1:** *Esforcem-se os ministros e os guardiães para que as fraternidades sejam lugares onde se procura e se ama a Deus em tudo e acima de tudo; cultivando por primeiro eles próprios a vida espiritual, apoiem o caminho dos irmãos para a santidade; garantam aos frades e às fraternidades o tempo e a qualidade da oração, velando pela fidelidade cotidiana a ela.*

Os Ministros e os Guardiães, assim chegamos ao último número das Constituições que falam da santidade, são chamados a fazer com que as fraternidades sejam lugares onde se busque e se ame a Deus “sobre todas as coisas e acima de tudo” e sejam eles mesmos os primeiros a cultivar a vida espiritual, garantindo aos frades e às fraternidades o tempo e a qualidade da oração, velando sobre a fidelidade cotidiana.

A santidade dos frades está dessa maneira sob a responsabilidade de quem é chamado a ser Ministro e Guardiã, responsável, em última instância, pela sanidade espiritual dos frades e de toda a fraternidade.

Responsabilidade que está ligada à obediência de haver sido chamado a conduzir aqueles que lhe foram confiados para chegarem à plenitude da sua própria e irrepetível personalidade. Em outras palavras, fazer que cada um seja autenticamente a si mesmo, como membro da fraternidade capuchinha com a completude da própria pessoa. Ser ele mesmo, portanto, tem justamente haver com a santidade, pois para isso que fomos chamados e não às evanescentes “relações” das próprias e únicas expectativas. A afirmação “ama e faz aquilo que quer” de Santo Agostinho muitas vezes é entendida

---

<sup>24</sup> Bento XVI, *Discurso*.

somente na segunda parte, leitura que conduz a uma compreensão equivocada da liberdade que não tem nenhuma relação com a liberdade dos filhos de Deus.

O amor, de fato, é o que está no início do movimento e que nos leva a fazer aquilo que queremos, porque aquele que é guiado pelo amor, que vive a caridade plenamente, é guiado por Deus porque *Deus caritas est* (1 Jo 4, 16).

Na Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*, o Papa Francisco recorda justamente que “Nos processos de beatificação e canonização, tomam-se em consideração os sinais de heroicidade na prática das virtudes, o sacrifício da vida no martírio e também os casos em que se verificou um oferecimento da própria vida pelos outros, mantido até à morte. Esta doação manifesta uma imitação exemplar de Cristo, e é digna da admiração dos fiéis”<sup>25</sup>. É a doação de si, o entregar-se à vontade de Deus que faz com que a vida de cada um, sob o exemplo de Cristo, modelo de vida santa.

## **SANTOS**

*Santo*, segundo o significado comum, identifica o cristão que na vida viveu em total adesão a Cristo, ao seu Evangelho, uma vida frutuosa de boas obras, reconhecido pela Igreja como modelo e intercessor.

Sem o intuito de excluir uma santidade “ética” e virtuosa, o santo antes de tudo é aquele que é consciente da sua chamada a fazer parte do Corpo santo de Deus que é Cristo e que se apresenta hoje na Igreja. *Santo*, como já recordamos, é aquele que oferece ao mundo o anúncio alegre, sem distinção, que todos podemos ser “hóspedes” no templo santo de Deus, com efeito, eles mesmo podem ser “templo do Espírito Santo” (1 Cor 3, 16).

Sem nenhum vestígio de orgulho, podemos afirmar que os santos, capuchinhos ou não, são os mais humanos entre os homens e possuem uma substancial diferença com os heróis. De fato, o herói transmite sempre a impressão de superar a humanidade, o santo não a supera, a assume com aquela tensão de realizá-la da melhor forma possível. Ele se esforça em aproximar-se ao seu modelo, Jesus Cristo, aquele que é o homem perfeito.

Sendo assim, podemos concluir que se converte em Santo não aquele que tenha qualidades ou seja muito melhor que os demais, mas aquele que se converte sempre mais a Cristo, retornando à origem da qual saiu e que o pecado obscureceu. Dessa forma, os santos são aqueles que subiram a montanha, fizeram uma viagem de retorno e encontraram a nascente. Deixando-se atrair por Cristo, contemplando-o com a fé, esperança e caridade, foram transformados por Ele compreendendo com clareza quem verdadeiramente eram. Em poucas palavras, Cristo os tornou plenamente humanos.

Por conseguinte, para entender os santos, é indispensável ser homens de fé que na celebração da sua memória ou na história da sua vida acolham a obra da Graça que tudo transforma e tudo guia.

Recordando as palavras de Bento XVI: “como é profícuo e importante o compromisso de cultivar o conhecimento e a devoção dos santos, com a meditação diária da Palavra

---

<sup>25</sup> Francisco, *Gaudete ed Exsultate*, 5.

de Deus e com um amor filial a Nossa Senhora!”<sup>26</sup>, ao ler este pequeno trecho imediatamente nosso pensamento se direciona ao n. 6, 2 das Constituições.

Nas sete vezes que encontramos no texto das Constituições a palavra “santos”, chegamos à conclusão que nem sempre possuem a mesma riqueza de conteúdo que possui a palavra “santidade”.

De modo concreto, os sete números das Constituições nos quais se retoma a palavra “santos” referem-se aos exemplos virtuosos e convidam, muito mais, a um conhecimento das suas vidas e dos escritos do que propriamente a seguir os seus exemplos. Examinemos e apreciemos brevemente o seu conteúdo.

Em síntese, o número 6, 2 não fala de santidade, mas de “confrades que se distinguiram pela santidade de vida”, enquanto o número 7, 2 está aberto a uma dupla interpretação, santos em geral ou os nossos santos. No número 52, 6 a referência é seguramente aos santos da Ordem, enquanto o n. 52, 8 se refere claramente a todos os santos e não especificamente aos nossos. Por fim, os números 110, 2; 112, 2 e 187, 1 fazem uma evidente referência aos santos capuchinhos.

**N. 6, 2:** *Para isso, (o cuidado e o desenvolvimento do patrimônio espiritual da Ordem) leiamos assiduamente a vida e os escritos de São Francisco, bem como outros livros que manifestam o seu espírito. Cultivemos o conhecimento das fontes franciscanas e da tradição dos capuchinhos, em especial no que se refere aos nossos confrades que se distinguiram pela santidade de vida, ação apostólica e doutrina.*

Este é o primeiro número das Constituições que fala dos santos capuchinhos “confrades que se distinguiram pela santidade de vida, ação apostólica e doutrina”, três elementos que delineiam o santo e que se convida a conhecer, nas suas diferentes manifestações e características.

O santoral capuchinho até o momento conta com 17 santos e santas, 114 beatos e beatas, um número grande de Veneráveis assim como um número grande de Servos e Servas de Deus. Em cada um dos cinco séculos no qual se escreveu a história dos Capuchinhos, há pelo menos um ou mais santos; nunca nos faltaram frades santos e creio que também hoje não nos faltam. Esta é uma graça que a Ordem recebeu como herança e é chamada a alimentar.

Com efeito, o conhecimento dos santos, assim como afirma este número das Constituições, está relacionado não só com o cuidado do patrimônio espiritual da Ordem, mas com o seu desenvolvimento. Tal tensão comporta inevitavelmente o esforço de cada frade capuchinho em se tornar santo!

Alguém poderia se opor a esta interpretação, considerando-a como exagerada. Porém, Jesus mesmo nos afirma “sejam santos como o meu Pai é santo”, e não nos diz “se vos parece... se creem que é possível... se tendes tempo... se estão com vontade... se a vossa psicologia vos permite...”. O mandamento é inequívoco: “sede santos”.

O fervor pela santidade não se encontra e não brota de uma ideia, mesmo de alta espiritualidade, de narrações de santidade ou de lendas da vida dos santos, mas de uma vida vivida e concreta que transparece a santidade a partir do próprio apostolado,

---

<sup>26</sup> Bento XVI, *Audiência Geral* do dia 20 de agosto de 2008.

da própria entrega aos demais, da própria vida como simples adesão à humanidade de Jesus. Não uma concepção sobre o que é a santidade, mas um viver a santidade.

São Francisco de Assis, conhecedor do ser humano e do homem concreto, na sua *VI Admoestação* exclama e nos chama a atenção: “[...] é grande vergonha para nós, servos de Deus, que os santos tenham feito as obras, e nós, proclamando-as, queiramos receber a glória e a honra”<sup>27</sup>.

Velar pela memória dos santos, mais que conhecer os nomes ou fazer memória litúrgica no dia estabelecido, deve ser uma ação que conserve concretamente aquilo que se refere a eles. Se por descuido, ou deliberadamente, isto chegasse a não acontecer, a própria vitalidade da Ordem ficaria comprometida. Supor conscientemente, seja por orgulho ou estupidez, que somos os únicos construtores da história, da vida e da santidade da Ordem, não seria outra coisa que o prelúdio da decadência, colocando a Ordem sob um manto de escuridão.

As mudanças que muitos fazem notar e que surgem de todas partes- porque o mundo hoje é assim- são caracterizadas muitas vezes pela não- celebração das memórias litúrgicas dos nossos santos e beatos, ou, muito pior, pelo esquecimento de toda memória, é uma indicação da falta de um mínimo conhecimento da história, que obviamente não começou conosco, e tenho certeza, também não acabará.

**N. 7, 2:** *Apliquemo-nos com assíduo empenho na sua compreensão espiritual e esforcemo-nos por observá-la com simplicidade e pureza, com santa operação, conforme a exortação expressa de nosso próprio Fundador no Testamento, segundo o espírito e as intenções evangélicas dos primeiros capuchinhos e da viva tradição da Ordem, seguindo o exemplo de nossos santos.*

Para não cair na sonhadora e ilusória dimensão de “agora que estou aqui eu faço como quero as coisas”, o segundo número que fala dos santos é aquele que cita a Regra e requer o esforço de entrar na sua inteligência espiritual com aquela inevitável tensão de observá-la.

É ridícula, mas a imagem que me vem à mente é aquela de cada um de nós que, chegando para hospedar-se na casa de alguém (geralmente acontece quando entramos em um quarto de albergue) começamos a mudar as coisas dos lugares, pensando inclusive que aqueles que organizaram as disposições dos móveis são uns imbecis e não entendem de nada. Algumas vezes se pode inclusive acontecer que o “super renovador” por medo que a história o esqueça e ninguém se recorde mais, se mete em alguns problemas!

Pelo contrário, São Francisco no Testamento chamou e continua chamando os frades a compreender as palavras escritas na Regra para chegar “santamente” à sua observação. Convite e exortação que os primeiros capuchinhos seguiram e transformaram em próprio e que a tradição da Ordem nos entregou na viva tensão dos santos.

**N. 52, 6:** *Também nas festas da Virgem Maria e na memória dos santos, a Igreja proclama a Páscoa de seu Senhor. Veneremos, pois, com particular devoção, especialmente com o culto litúrgico, o Ângelus e o rosário, Maria Mãe de Deus e Virgem*

---

<sup>27</sup> São Francisco de Assis, *Admoestação VI*, Fontes Franciscanas e Clarianas, p. 99.

*concebida sem pecado, filha e serva do Pai, mãe do Filho e esposa do Espírito Santo, feita Igreja- segundo a expressão de São Francisco- e promovamos sua devoção entre o povo. Ela, de fato, é nossa mãe e advogada, padroeira da Ordem, participante da pobreza e da paixão de seu Filho e- como testemunha a experiência- caminho para alcançar o espírito de Cristo pobre e crucificado.*

O número é inserido no terceiro capítulo das Constituições “A vida de oração”, enquanto o termo “santos”, pela precisão da expressão “na memória dos santos” é um inciso inserido durante a revisão das Constituições feita no último Capítulo Geral (2012) no número inteiramente dedicado à Virgem Maria.

Os santos dos quais se faz menção são obviamente “todos os santos” que a Igreja proclamou e não somente os santos capuchinhos. O inciso evidencia que a sua memória é um momento precioso para celebrar o mistério de Cristo e lugar teológico para proclamar a Páscoa do Senhor.

Será o número sucessivo que indicará diretamente os santos capuchinhos.

**N. 52, 8:** *Cultivemos e promovamos, conforme os costumes locais, a devoção ao santo Pai Francisco, modelo dos menores, a Santa Clara e aos santos, especialmente os nossos, cuidando para que tal veneração seja sempre de acordo com o espírito da sagrada Liturgia.*

Os dois verbos utilizados, “cultivemos” e “promovamos” indicam o quão é importante conhecer e fazer conhecer os santos da Ordem por um simples motivo: a sua experiência humana e conseqüentemente, a sua experiência espiritual, mostram que a santidade não é somente para alguns, nem muito menos um privilégio ou uma realização impossível para um homem normal.

Destas impressões se originam, algumas vezes, a decisão de esquivar-se da própria vista ou, ainda pior, da própria formação, o conhecimento da vida de nossos santos. Concordo com a consideração que em muitos casos o estereótipo superficial e unicamente miraculoso das vidas de algum santo fez com que muitos abandonassem tais leituras, mas, no fundo, no fundo, pode haver também uma espécie de autojustificação para não se perceber na mediocridade. Se a santidade é manifestada assim, como algo tão alto e inalcançável, repleta de tantas e tais virtudes heroicas de um super-homem, quem poderia alcançá-la? Nós, pobres fragmentos do cosmo? Sendo assim, o mais fácil seria realmente esquecer.

No céu da santidade são muitos aqueles que se destacam por sua luz e propostas para o caminho espiritual, mas também existe aquela multitude da qual não é possível contar, aqueles santos “ordinários”, “normais”, os quais, somente Deus, conhece os nomes e que viveram sua vida na mais perfeita normalidade. Com os seus exemplos nos deixaram o testemunho que quando se está em contato com o Senhor, se encontra e se nutre da paz de Cristo, da alegria do Ressuscitado, da felicidade do Senhor. Daqui nasce a capacidade de ser homens de paz, de serenidade, de alegria. O Papa Francisco nos indica como “os santos ‘ao pé da porta’, daqueles que vivem perto de nós e são um reflexo da presença de Deus”<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Francisco, *Gaudete et Exsultate*, 7.

**N. 110, 2:** *Os penitentes franciscanos devem distinguir-se sempre por uma delicada e afetuosa caridade e pela alegria, como os nossos santos, austeros consigo mesmos, mas cheios de bondade e de respeito com os outros.*

Este número identifica os frades com o apelativo de “penitentes”, aquele nome que no princípio identificou Francisco e seus companheiros. Àqueles que perguntavam sobre aqueles homens que se reuniam em Rivotorto eles respondiam “somos os penitentes de Assis”<sup>29</sup>. Como sabemos, o nome depois foi mudado para Frades menores, deixando o empenho penitencial como base do programa da nova Ordem que estava se constituindo.

São Francisco de Assis distingue os homens em duas categorias, aqueles que “fazem penitência” e aqueles que “não fazem penitência”<sup>30</sup>, sabendo que todos os acontecimentos humanos são iluminados pela salvação doada em Cristo por Deus e se convertem em salvação através da resposta livre do homem.

Frei Lázaro Iriarte nos afirma: “A vocação penitencial configura a vida inteira do frade menor, uma vocação que se pode exercer em todas as partes, como uma garantia de liberdade e de inserção em cada realidade histórica: ‘Se em algum lugar não forem recebidos, se dirijam a outras terras para aí fazer penitência com a benção de Deus’”<sup>31</sup>. São Francisco sabe que mais difícil do que começar a fazer penitência, é perseverar em fazer a penitência.

Os frutos da penitência, elencados no presente número, não são outros que a característica do frade menor, daquele que reconhece em si o próprio limite e fragilidade, e sabe atribuir ao Deus Altíssimo, Onipotente e Bom, todo bem<sup>32</sup> e sabe que “a nós pertencem somente os vícios e pecados”<sup>33</sup>. É a partir deste profundo conhecimento de si mesmo e à luz de Cristo que nasce a alegria, a afetuosa caridade, o dom de si mesmo aos outros. Aqui se encontra a pureza do coração, ausência de outras intenções que não sejam aquelas de cumprir fielmente a vontade de Deus, como nos são reveladas e transmitidas a nós a vida e os exemplos dos nossos santos.

**N. 112, 2:** *Lembrados da Paixão de Jesus, a exemplo de São Francisco e de nossos santos, pratiquemos a mortificação, também voluntária, moderando-nos de boa vontade no comer, no beber e nos divertimentos, de modo que tudo testemunhe nossa condição de exilados e peregrinos.*

A austeridade e as mortificações corporais nascem da memória da Paixão de Jesus, do seu dom total até a morte. Austeridade que podemos encontrar no Seráfico Pai e nos “nossos santos”, mas que não se resume somente aos nomes que encontramos quando foleamos o santoral capuchinho: os podemos encontrar também nos conventos, de fato, muitos de nós podemos testemunhar sobre a vida de confrades que vivem hoje esta dimensão.

---

<sup>29</sup> Anônimo Perusino, em Fontes Franciscanas, Petrópolis 2004, p. 764.

<sup>30</sup> Cf. *Carta aos Fiéis* (Primeira Recensão) em Fontes Franciscanas, Petrópolis 2004, p. 111-113.

<sup>31</sup> Lázaro Iriarte, *Vocazione francescana*, Roma 2006, p. 39.

<sup>32</sup> *Regra não bulada*, em Fontes Franciscanas, Petrópolis 2004, p. 165.

<sup>33</sup> *Ibid.*

A austeridade ou a mortificação corporal não podem ser eliminadas sobre o pretexto inconsistente de ser realidades superadas e não mais atuais em um mundo de mudança, mesmo que sejam propostas com uma nova veste e forma.

**N. 187, 1:** *Visto que não é possível estabelecer leis e estatutos para todos os casos particulares, em tudo o que fizermos tenhamos diante dos olhos o santo Evangelho, a Regra que prometemos a Deus, as sadias tradições e os exemplos dos santos.*

O último número do nosso elenco chama a atenção, segundo a minha interpretação- talvez um pouco precipitadamente- porque nos remonta à conclusão do Evangelho de João “Ora, Jesus fez ainda muitas outras coisas, que se fossem escritas...” (Jo 21, 25). O número 187, 1 indica que em qualquer ação que a lei canônica da Ordem ou o Estatuto vigente não contempla, vale, em ordem de importância, o santo Evangelho, a Regra, as sanas tradições e os exemplos dos santos.

Quatro parâmetros que não deveriam nunca faltar também no cotidiano e fadigoso discernimento das situações novas ou que vão sendo repropostas na atualidade da Ordem. Abrir diante de nós o Evangelho, reler a Regra, não esquecer a contribuição daqueles que nos precederam na vida capuchinha e olhar o exemplo dos santos, não é uma perda de tempo, é a sabedoria de quem sabe que as coisas duradouras não se constroem com uma decisão rápida e isolada, mas se requer a paciência da escuta e do diálogo. Escuta e diálogo que estão nos parâmetros referidos ao número constitucional, mas também nos irmãos que caminham sobre a mesma estrada, pois a meta é comum a todos.

## **CONCLUSÕES**

A santidade de Deus se manifesta na vida dos santos, que por si não significa que seja formada por um único modelo, ou melhor, é sim formada por um único modelo, mas que é refletido por Cristo, no qual a humanidade de vê plenamente manifestada. Humanidade plenificada que se reflete na vida daqueles que creem Nele através de sua história pessoal. Esses são os santos.

Existe, porém, um aspecto comum da santidade, que é exigido a todos: despojar-se do homem velho para revestir-se do homem novo. O primeiro passo é a penitência, entendida como conversão que abre à graça de ser eleitos por Deus “santos e amados” para revestir-se “de sentimentos de misericórdia, bondade, humildade, doçura, paciência, suportando-se e perdoando-se mutuamente” revestidos “de caridade” (Col 3, 10). Conversão que pede e exige colocar em prática os gestos de penitência.

Os nossos santos capuchinhos, sejam pelos aspectos que os caracterizam ou pelas obras que realizaram, tudo fizeram em Nome de Cristo e por amor a Ele, respondendo à vontade de Deus que os chamou para “fazer a sua vontade” em uma única e pessoal chamada. Para eles, como para todos os santos, significa dizer que Cristo veio ao seu encontro, de maneira pessoal e não em um sentido anônimo ou genérico. A resposta do santo, portanto, não é um superficial “fazer a vontade de Deus”, mas fazer a vontade de Deus sobre si, diretamente. Uma concreta e irrepitível oferta da sua santidade que requer uma resposta livre.

As diversas expressões e dimensões que caracterizam o perfil dos nossos santos é fruto do chamado particular e pessoal de cada um e, evidentemente, da sua única e irrepitível resposta. É esta justamente a riqueza da nossa Ordem. Não existe um



estereótipo de santo capuchinho, mas existe a pessoal, plena e irrepetível personalidade que, porém, não age como uma ilha, mas é nutrida e gerada como membro de um único corpo. A primeira dimensão é a eclesial e depois, a fraterna. Se a nossa Ordem não levasse no seu coração, os seus santos e deixasse de celebrar as suas memórias litúrgicas, isso conseqüentemente não permitiria a gestação de futuros santos, se autoeliminaria, portanto, da Igreja e da comunhão eclesial. A fraternidade se tornaria um simples aglomerado social e não mais a transparência da vida de Deus e da comunhão da Trindade.

É somente através da consciência de pertencer à Igreja em todas as suas dimensões, incluindo aquela da comunhão dos santos, que a presença dos capuchinhos ainda será significativa e vital na Igreja.

Concluo. Para ser e tornar-se santo se requer pouco. Como nos recorda o Apóstolo Paulo, basta obedecer com sinceridade e humildade para fazer “e, em todas as circunstâncias, dai graças, pois é a vontade de Deus em Jesus Cristo, a vosso respeito. Não extingais o Espírito” (1 Tes 5, 18-19).